

**AMBEV S.A.**  
**CNPJ/ME nº 07.526.557/0001-00**  
**NIRE 35.300.368.941**  
Companhia Aberta

**Extrato das Atas das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Ambev S.A. (“Companhia”), realizadas, cumulativamente, em 24 de abril de 2020, lavrada na forma de sumário:**

1. **Data, Hora e Local.** Em 24 de abril de 2020, às 14h00, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 4º andar, Itaim Bibi.
2. **Convocação.** Edital de convocação publicado, nos dias 24, 25 e 26 de março de 2020, (i) no “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, nas páginas 117, 95 e 43, respectivamente; e (ii) no jornal “Valor Econômico”, nas páginas B9, C9, e C9, respectivamente.
3. **Presenças.** Na Assembleia Geral Ordinária, acionistas representando 88,34% do capital social votante, e, na Assembleia Geral Extraordinária, acionistas representando 89,28% do capital social votante, conforme se verifica dos boletins de voto a distância apresentados e das assinaturas apostas no “Livro de Presença de Acionistas”. Presentes também, na forma da lei, a Diretora Jurídica da Companhia, Sra. Letícia Rudge Barbosa Kina, o representante da PricewaterhouseCoopers (“PwC”), auditoria externa da Companhia, Sr. Alessandro Marchesino, e o presidente do Conselho Fiscal da Companhia, Sr. José Ronaldo Vilela Rezende.
4. **Mesa.** Presidente: Sra. Letícia Rudge Barbosa Kina, conforme indicação dos Copresidentes do Conselho de Administração, nos termos do artigo 11 do estatuto social da Companhia. Secretária: Sra. Monique Mesquita Mavignier Lima.
5. **Deliberações.** Após a dispensa da leitura do mapa de votação consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, de acordo com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481/09, foram tomadas as seguintes deliberações:
  - 5.1. Registra-se, inicialmente, que a lavratura da ata destas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária será na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, ficando autorizada sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do §2º do mesmo artigo 130 da Lei nº 6.404/76.

## **5.2. Em Assembleia Geral Ordinária:**

**5.2.1.** Foram aprovados, por maioria e sem reservas, tendo sido computados 13.587.694.469 votos a favor, 8.177.102 votos contrários e 302.342.886 abstenções, depois de examinados e discutidos, o relatório anual e as contas da administração da Companhia, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhados dos pareceres emitidos pelo Conselho Fiscal e pelos auditores independentes da Companhia, os quais foram publicados na íntegra, no prazo legal, no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no jornal “Valor Econômico”, no dia 27 de fevereiro de 2020, nas páginas 3 a 15 (Caderno Empresarial 2) e B11 a B27, respectivamente.

**5.2.2.** Foi aprovada, por maioria, tendo sido computados 13.867.211.056 votos a favor, 333.510 votos contrários e 30.669.891 abstenções, a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, tendo sido destinados **(i)** R\$ 4.180.780.132,35 para a Reserva de Investimentos; **(ii)** R\$ 1.352.121.653,10 para a Reserva de Incentivos Fiscais, sendo que, deste valor, **(ii.a)** R\$ 1.309.459.732,75 referem-se aos incentivos fiscais estaduais de ICMS recebidos por algumas unidades da Companhia, **(ii.b)** R\$ 22.861.518,82 referem-se ao incentivo fiscal estadual de Sergipe, conforme a Lei nº 5.382/04, e **(ii.c)** R\$ 19.800.401,53 referem-se ao incentivo de reinvestimento do IRPJ concedido pela SUDENE, conforme o artigo 19 da Lei nº 8.167/91; e **(iii)** R\$ 7.717.419.618,63 para distribuição a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio durante o exercício de 2019, valor este declarado por deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada em 2 de dezembro de 2019, a título de juros sobre o capital próprio, a débito do lucro líquido do exercício de 2019 (R\$ 0,4906 por ação, resultando em uma distribuição líquida de R\$ 0,4170 por ação), que ora se ratifica, e cujo pagamento foi efetuado antecipadamente aos acionistas em 30 de dezembro de 2019.

De acordo com o artigo 193, § 1º, da Lei nº 6.404/76, a Companhia deixará de constituir a reserva legal para o presente exercício em razão de o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, § 1º, da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social.

**5.2.3.** Foi aprovada, por maioria, tendo sido computados 13.860.559.493 votos a favor, 6.980.703 votos contrários e 30.674.261 abstenções, a composição do Conselho de Administração da Companhia por 11 membros efetivos e 2 suplentes, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023.

**5.2.4.** Foram eleitos, por maioria, tendo sido computados 13.361.186.249 votos a favor, 268.289.265 votos contrários e 268.738.943 abstenções, para mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023, para o Conselho de Administração:

- (i) **Victorio Carlos De Marchi**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 2.702.087 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 008.600.938-91, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;
- (ii) **José Heitor Attilio Gracioso**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 2.833.137 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 006.716.908-25, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;
- (iii) **Carlos Alves de Brito**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 03.574.624-7 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 595.438.507-63, residente e domiciliado em Nova York, NY, Estados Unidos da América, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;
- (iv) **Luis Felipe Pedreira Dutra Leite**, brasileiro, divorciado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 06522715-9 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 824.236.447-87, residente e domiciliado em Greenwich, CT, Estados Unidos da América, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;
- (v) **Milton Seligman**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 965.908 SSP/DF, inscrito no CPF/ME sob o nº 093.165.740-72, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;
- (vi) **Vicente Falconi Campos**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº M-1.176.273 SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 000.232.216-15, residente e domiciliado na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;
- (vii) **Roberto Moses Thompson Motta**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 50952008-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 706.988.307-25, residente e domiciliado em Nova York, NY, Estados Unidos da América, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;
- (viii) **Nelson José Jamel**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 37.990.760-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 025.217.577-80, residente e domiciliado em Nova York, NY, Estados Unidos da América, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;
- (ix) **Cecília Sicupira**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 34.095.839-X SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 055.532.167-37, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de

São Paulo, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;

- (x) **Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano**, brasileiro, casado, bacharel em política, filosofia e economia, portador da cédula de identidade RG nº 13.076.140-0 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 086.323.078-43, residente e domiciliado em Capri, Itália, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, na qualidade de Conselheiro Independente;
- (xi) **Marcos de Barros Lisboa**, brasileiro, divorciado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 006.653.074-2 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 806.030.257-49, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, na qualidade de Conselheiro Independente;
- (xii) **Carlos Eduardo Klutzenschell Lisboa**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade RG nº 54.929.337-1 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 694.514.864-53, residente e domiciliado na Cidade do México, México, para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho de Administração; e
- (xiii) **Michel Dimitrios Doukeris**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da cédula de identidade RG nº 2.595.585 SSP/SC, inscrito no CPF/ME sob o nº 810.940.279-87, residente e domiciliado em Nova York, NY, Estados Unidos da América, para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho de Administração.

Os conselheiros de administração ora eleitos serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse no livro próprio, oportunidade em que farão a declaração de desimpedimento prevista em lei.

**5.2.5.** Foram eleitos, por maioria, tendo sido computados 11.717.610.458 votos a favor, 24.870.501 votos contrários e 817.318.671 abstenções, para mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021, os seguintes candidatos indicados pelo acionista controlador para o Conselho Fiscal da Companhia:

- (i) **Elidie Palma Bifano**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 3.076.167 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 395.907.558-87, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia;
- (ii) **José Ronaldo Vilela Rezende**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº M-2.399.128 SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 501.889.846-15, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de

São Paulo, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia;

- (iii) **Emanuel Sotelino Schifferle**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 01.433.665-5 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 009.251.367-00, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia; e
- (iv) **Eduardo Rogatto Luque**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 17.841.962-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 142.773.658-84, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

**5.2.6.** Em votação em separado por acionistas minoritários titulares de ações ordinárias, foram eleitos, por maioria, tendo sido computados 1.163.625.232 votos a favor e 174.756.795 votos contrários, para mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021, os seguintes candidatos indicados pela acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, com fulcro no artigo 161, §4º, alínea “a”, da Lei nº 6.404/76, para o Conselho Fiscal da Companhia:

- (i) **Vinicius Balbino Bouhid**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da cédula de identidade RG 029.562.824 DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 667.460.867-04, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia; e
- (ii) **Carlos Tersandro Fonseca Adeodato**, brasileiro, divorciado, economista, portador da cédula de identidade nº 10482 CRE/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 337.770.397-72, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

Os conselheiros fiscais ora eleitos conforme itens 5.2.5 e 5.2.6 acima serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse no livro próprio, oportunidade em que farão a declaração de desimpedimento prevista em lei.

**5.2.7.** Foi aprovada, por maioria, tendo sido computados 13.713.806.064 votos a favor, 150.997.051 votos contrários e 33.378.542 abstenções, a remuneração global dos administradores para o exercício de 2020, incluindo as despesas associadas ao reconhecimento do valor justo (i) das opções de compra de ações que a Companhia pretende outorgar no exercício; e (ii) da remuneração baseada em ações que a

Companhia pretende realizar no exercício, no montante anual de até R\$ 111.079.130,00.

**5.2.8.** Foi aprovada, por maioria, tendo sido computados 13.857.061.214 votos a favor, 2.717.304 votos contrários e 38.403.139 abstenções, a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2020, no montante anual de até R\$ 2.162.700,00, com a remuneração dos membros suplentes correspondendo à metade do valor recebido pelos membros efetivos, nos termos legais.

### **5.3. Em Assembleia Geral Extraordinária:**

**5.3.1.** Foi aprovada, por maioria, tendo sido computados 14.014.315.927 votos a favor, 362.041 votos contrários e 32.166.499 abstenções, a alteração do *caput* do artigo 5º do estatuto social da Companhia, de modo a refletir os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, até a presente data, o qual passa a vigorar com a redação constante do estatuto social consolidado da Companhia, na forma do **Anexo I** à presente ata.

**5.3.2.** Foi aprovada, por maioria, tendo sido computados 14.001.853.300 votos a favor, 12.810.263 votos contrários e 32.180.904 abstenções, a alteração do *caput* do artigo 8º do estatuto social da Companhia, para fazer referência expressa a outras hipóteses de utilização do limite de capital autorizado pelo Conselho de Administração previstas na Lei nº 6.404/76, tais como a capitalização de lucros ou reservas e a emissão de bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, o qual passa a vigorar com a redação constante do estatuto social consolidado da Companhia, na forma do **Anexo I** à presente ata.

**5.3.3.** Foi aprovada, por maioria, tendo sido computados 13.991.023.040 votos a favor, 23.654.663 votos contrários e 32.166.764 abstenções, a alteração dos artigos 11, 15, 16, 17, 18 e 19 do estatuto social da Companhia de sorte a (i) prever a possibilidade de haver um único Presidente do Conselho de Administração, alternativamente ao modelo de Copresidentes atual, dando liberdade aos conselheiros para escolherem a composição do Conselho de Administração mais adequada ao momento da Companhia; (ii) aumentar o número mínimo de membros que podem compor o Conselho de Administração de 3 para 5; e (iii) com a finalidade de atender as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa, prever que o Conselho de Administração será composto, em sua maioria, por membros externos, os quais passam a vigorar com as redações constantes do estatuto social consolidado da Companhia, na forma do **Anexo I** à presente ata.

**5.3.4.** Foi aprovada, por maioria, tendo sido computados 14.001.930.681 votos a favor, 12.716.301 votos contrários e 32.197.485 abstenções, a alteração do artigo 21, alíneas “p” e “r”, do estatuto social da Companhia, para ajustar a lista de matérias sujeitas à

aprovação prévia pelo Conselho de Administração, de sorte a excluir aquelas que, diante da sua relevância e impacto potencial no funcionamento e nos resultados da Companhia, deveriam estar na competência dos Diretores, o qual passa a vigorar com a redação constante do estatuto social consolidado da Companhia, na forma do **Anexo I** à presente ata.

- 5.3.5.** Foi aprovada, por maioria, tendo sido computados 13.997.582.187 votos a favor, 16.969.215 votos contrários e 32.293.065 abstenções, a alteração dos artigos 22 a 34 do estatuto social da Companhia, para atribuir nova nomenclatura aos cargos da Diretoria, bem como criar os cargos de Diretores Vice-Presidentes Comercial e de *Compliance*, detalhando as suas competências, de modo a refletir a nova estrutura organizacional da Companhia, os quais passam a vigorar com as redações constantes do estatuto social consolidado da Companhia, na forma do **Anexo I** à presente ata.
- 5.3.6.** Foi aprovada, por maioria, tendo sido computados 14.002.244.439 votos a favor, 12.433.159 votos contrários e 32.166.869 abstenções, a consolidação do estatuto social da Companhia, em face das alterações deliberadas nos itens 5.3.1 a 5.3.5 acima, passando referido estatuto social a vigorar com a redação constante do **Anexo I** à presente ata.
- 5.3.7.** Foi aprovada, por maioria, tendo sido computados 12.563.054.736 votos a favor, 1.431.133.415 votos contrários e 52.656.316 abstenções, a alteração do item 5.1 do Plano de Remuneração Baseado em Ações da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2016 (“**Plano de Ações**”), para refletir o aumento do volume global de ações representativas do capital social da Companhia que poderão ser entregues aos participantes do Plano de Ações de 0,3% para 3%. Assim, o Plano de Ações passa a vigorar com a redação constante do **Anexo II** à presente ata.
- 6. Aprovação e Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas. **Mesa:** Letícia Rudge Barbosa Kina – Presidente; Monique Mesquita Mavignier Lima - Secretária. **Acionistas:** THE BANK OF NEW YORK MELLON (representado por Jose Donizetti de Oliveira), F. LAEISZ, F. LAEISZ TROSTBTRUCKE 120457 HAMBURGO (representados por Christian Schües), CHRISTIAN BRUNO SCHUES, BB PREVIDENCIA ACOES IBRX FUNDO DE INVESTIMENTO, BB CAP ACOES FUNDO DE INVESTIMENTO, BB PREVIDENCIARIO MULTIMERCADO FI LP, BRASILPREV TOP MULTIMERCADO ME FUNDO DE INVESTIMENTO CP, BB TERRA DO SOL FUNDO DE INVESTIMENTO MM CREDITO PRIVADO, BB CAP IBOVESPA INDEXADO FIA, BB ECO GOLD FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, BB TOP AÇÕES DUAL STARTEGY FI, BB BNC ACOESNOSSA CAIXA NOSSO CLUBE DE INVESTIMENTO, BB ACOES EQUIDADE FUNDO DE INVESTIMENTO, BB MAR AZUL ACOES FUNDO DE INVESTIMENTO, BB TOP ACOES EXPORTACAO FIA, BRASILPREV TOP A FUNDO DE INV DE ACOES, BB

TOP MULTI INST LP FI MULTIMERCADO, BB TOP ACOES IBOVESPA INDEXADO FI, BB TOP ACOES SETORIAL CONSUMO FI, BB TOP ACOES IBRX INDEXADO FI, BB TOP ACOES IBOVESPA ATIVO FI, BB TOP MULTI LP ABSOLUTO FI MULTIMERCADO (representados por Rita de Cássia Adorno Sitta), HSBC ETFS PUBLIC LIMITED COMPANY, HSBC GLOBAL INVESTMENT FUNDS - BRAZIL EQUITY, HSBC GLOBAL INVESTMENT FUNDS - ECONOMIC SCALE GEM EQUITY, ABS DIRECT EQUITY FUND LLC, BLACKWELL PARTNERS LLC SERIES A, STICHTING PENSIOENFONDS PGB, ABERDEEN LATIN AMERICAN INCOME FUND LLC, THE NEW ZEALAND GUARDIAN TRUST COMPANY LIMITED IN ITS CAPACITY AS TRUSTEE OF THE BNZ WHOLESALE INTERNATIONAL EQUITIES (INDEX) FUND (representados por Rodrigo de Mesquita Pereira).

*Certifico que o presente extrato é cópia fiel de deliberações constantes da ata lavrada em livro próprio.*

São Paulo, 24 de abril de 2020.

---

Letícia Rudge Barbosa Kina  
*Presidente*

---

Monique Mesquita Mavignier Lima  
*Secretária*

## **Anexo I**

**“AMBEV S.A.**

CNPJ/ME nº 07.526.557/0001-00

NIRE 35.300.368.941

Companhia Aberta

### **ESTATUTO SOCIAL**

#### **CAPÍTULO I**

#### **NOME, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** - AMBEV S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e pode, para a consecução de seus fins e por deliberação do Conselho de Administração, abrir, manter e fechar filiais, escritórios, depósitos ou agências de representações, em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

**Artigo 3º** - É objeto da Companhia, diretamente ou através da participação em outras sociedades:

- a) a produção e o comércio de cervejas, concentrados, refrigerantes e demais bebidas, bem como alimentos em geral, incluindo composto líquido pronto para consumo, preparado líquido aromatizado, guaraná em pó ou bastão;
- b) a produção e o comércio de matérias-primas necessárias à industrialização de bebidas e seus subprodutos, como malte, cevada, gelo, gás carbônico, bem como de aparelhos, máquinas, equipamentos e tudo o mais que seja necessário ou útil às atividades relacionadas na letra “a” acima, incluindo a produção e comércio de embalagens para bebidas e a produção, comércio e aproveitamento industrial de matérias-primas necessárias à produção dessas embalagens;
- c) a produção, certificação e o comércio de sementes e grãos, bem como o comércio de fertilizantes, fungicidas e outras atividades conexas às mesmas, na medida necessária ou útil ao desenvolvimento das atividades principais da Companhia previstas neste estatuto;
- d) o acondicionamento e a embalagem de quaisquer de seus produtos ou de terceiros;
- e) as atividades de cultivo e de fomento agrícolas, no campo de cereais e de frutos que constituam matéria-prima para a utilização nas atividades industriais da Companhia, bem como nos demais setores que demandem uma dinâmica máxima na exploração das virtualidades do solo brasileiro, principalmente nos planos de alimentação e da saúde;
- f) a atuação nas áreas de pesquisa, prospecção, lavra, beneficiamento, industrialização, comercialização e distribuição do bem água mineral, em todo o território nacional;
- g) o beneficiamento, o expurgo e demais serviços fitossanitários e a industrialização dos produtos resultantes das atividades relacionadas na letra “d” acima, seja para atender às próprias

finalidades da sua indústria, seja para o comércio, inclusive, de seus subprodutos, incluindo, exemplificativamente, subprodutos para alimentação animal;

h) a publicidade de produtos seus e de terceiros e o comércio de materiais de promoção e propaganda;

i) a prestação de serviços de assistência técnica, mercadológica e administrativa e outros relacionados, direta ou indiretamente, às atividades principais da Companhia;

j) a importação de todo o necessário à sua indústria e comércio;

k) a exportação de seus produtos;

l) a exploração, direta ou indireta, de bares, restaurantes, lanchonetes e similares;

m) a contratação, venda e/ou distribuição de seus produtos e dos produtos de suas controladas, diretamente ou através de terceiros, utilizando-se o transporte necessário à distribuição dos referidos produtos, subprodutos ou acessórios, e a adoção de qualquer sistema ou orientação que, a juízo de seu Conselho de Administração, conduza aos fins colimados;

n) a impressão e reprodução de gravações, incluindo a atividade de impressão, serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos e reprodução de materiais gravados em qualquer suporte.

**Parágrafo Único** - Adicionalmente ao disposto no caput deste artigo, a Companhia poderá participar em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, ou a elas associar-se.

**Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## **CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** - O capital social é de R\$ 57.899.072.773,68, dividido em 15.735.117.965 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

§ 1º - Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações da Assembleia

Geral.

§ 2º - As ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pelo Conselho de Administração.

§ 3º - É facultado à Companhia suspender os serviços de transferências e desdobramentos de ações e certificados para atender a determinação da Assembleia Geral, não podendo fazê-lo, porém, por mais de 90 (noventa) dias intercalados durante o exercício, e tampouco por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

**Artigo 6º** - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 19.000.000.000 (dezenove bilhões) de ações, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que deliberará sobre as condições de integralização, as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão, bem como estabelecerá se o aumento se dará por subscrição pública ou particular.

**Parágrafo Único** - Não haverá direito de preferência para a subscrição de ações emitidas nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais (art. 172, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76); ressalvado que os titulares de ações subscritas com recursos oriundos de incentivos fiscais não terão direito de preferência à subscrição de quaisquer ações emitidas após a referida subscrição.

**Artigo 7º** - A emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição – cuja

colocação seja feita mediante: (i) venda em bolsa de valores; (ii) subscrição pública; ou (iii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos arts. 257 e 263 da Lei nº 6.404/76 – poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência para os antigos acionistas ou com redução do prazo de que trata o art. 171, § 4º, da Lei nº 6.404/76.

**Artigo 8º** - O Conselho de Administração poderá, ainda, dentro do limite do capital autorizado, (i) com base em plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle; (ii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações; e (iii) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações.

**Artigo 9º** - A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito nas condições previstas no boletim ou na chamada fará com que o mesmo fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos arts. 106 e 107 da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do IGP-M na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata temporis*, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

### **CAPÍTULO III DAS ASSEMBLEIAS GERAIS**

**Artigo 10** - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

**Artigo 11** - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente ou por um dos Copresidentes do Conselho de Administração, conforme o caso, ou pessoa por eles indicada, o qual poderá nomear até dois secretários.

**Artigo 12** - As deliberações das Assembleias Gerais, excetuados os casos expressos em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

**Artigo 13** - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência previstas em lei.

**Artigo 14** - A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas, bem como nos casos previstos em lei e neste Estatuto.

### **CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**Artigo 15** - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto.

§ 1º - A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos Administradores, que será distribuída pelo Conselho de Administração, na forma do artigo 21 deste Estatuto.

§ 2º - Os Administradores deverão aderir ao Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura de Termo de Adesão.

§ 3º - O Conselho de Administração será composto, em sua maioria, por membros externos, isto é,

conselheiros sem vínculo atual, empregatício ou de direção, com a Companhia, que podem ou não ser considerados membros independentes, observado o disposto no §5º deste artigo 15.

§ 4º - Os cargos de Presidente ou Copresidente do Conselho de Administração, conforme o caso, e o de Diretor Presidente Executivo da Companhia não poderão ser cumulados pela mesma pessoa.

§ 5º - No mínimo dois membros do Conselho de Administração da Companhia serão conselheiros independentes, entendendo-se, para fins deste Estatuto, como conselheiros independentes aqueles que atendam os seguintes requisitos:

- a) não ser acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele;
- b) não ter sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor (i) da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia, ou (ii) do acionista controlador ou de sociedade por este controlada (“Sociedade de Controle Comum”);
- c) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, de sociedade controlada pela Companhia, do acionista controlador ou de Sociedade de Controle Comum, em todos os casos em magnitude que implique perda de independência;
- d) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos da Companhia, de sociedade controlada pela Companhia, do acionista controlador ou de Sociedade de Controle Comum, conforme item c) acima;
- e) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia, de sociedade controlada pela Companhia, do acionista controlador ou de Sociedade de Controle Comum;
- f) não receber remuneração da Companhia, de sociedade controlada pela Companhia, do acionista controlador ou de Sociedade de Controle Comum além de como membro do Conselho de Administração (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

§ 6º - Serão também considerados conselheiros independentes aqueles eleitos na forma do art. 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76, independentemente de atenderem aos critérios de independência previstos neste artigo.

## **SEÇÃO I CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 16** - O Conselho de Administração será composto de 5 (cinco) até 11 (onze) membros efetivos, podendo ter de 2 (dois) até 11 (onze) suplentes, vinculados especificamente ou não a um Conselheiro efetivo, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

§ 1º - Respeitado o disposto no caput deste artigo, o número de membros que integrarão o Conselho de Administração em cada gestão deverá ser fixado previamente em cada Assembleia Geral cuja ordem do dia seja a eleição dos membros do Conselho de Administração, devendo tal matéria ser encaminhada pelo Presidente da Assembleia.

§ 2º - O Conselho de Administração poderá determinar a criação de comitês de assessoramento, formados em sua maioria por membros do Conselho de Administração, definindo sua respectiva composição e atribuições específicas. Aplicar-se-á aos integrantes dos comitês de assessoramento a regra do art. 160 da Lei 6.404/76. Caberá aos ditos comitês a análise e a discussão das matérias definidas como de sua competência, bem como a formulação de propostas e recomendações, para

deliberação pelo Conselho de Administração.

§ 3º - Os membros do Conselho de Administração tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, e permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores.

§ 4º - O Conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia; não poderá ser exercido o direito de voto pelo Conselheiro caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento.

**Artigo 17** – O Conselho de Administração será presidido por 1 (um) Presidente ou 2 (dois) Copresidentes, conforme definido pelo voto da maioria dos seus membros, sendo que, no caso de copresidência, esta deverá ser realizada de forma compartilhada, tendo ambos os copresidentes idênticas prerrogativas e atribuições. O Presidente ou Copresidentes do Conselho de Administração, conforme o caso, será(ão) eleito(s) pela maioria de votos de seus membros, imediatamente após a posse de tais membros.

**Artigo 18** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação realizada pelo Presidente ou por qualquer de seus Copresidentes, conforme o caso, ou pela maioria de seus membros, através de carta, e-mail, telegrama ou pessoalmente, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

**Artigo 19** – O Conselho de Administração instalar-se-á, funcionará e deliberará validamente pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes.

§1º – É facultada a participação dos Conselheiros nas reuniões por telefone, videoconferência, telepresença ou mediante envio antecipado de voto por escrito. O Conselheiro, nessa hipótese, será considerado presente à reunião para verificação do quórum de instalação e votação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais, devendo ser incorporado à ata da referida reunião.

§ 2º - Nas deliberações do Conselho de Administração não assistirá ao Presidente ou a qualquer dos Copresidentes, conforme o caso, o voto de qualidade, no caso de empate na votação, mas apenas seus respectivos votos pessoais.

§ 3º - O Conselheiro não poderá ter acesso a informações ou participar de deliberações do Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia.

**Artigo 20** - No impedimento ou ausência permanente de qualquer dos Conselheiros, havendo suplente, caberá ao Conselho de Administração, a seu critério, efetivá-lo no cargo vago, ou indicar um substituto em caráter permanente para o mesmo cargo; caberá ao novo Conselheiro titular, em qualquer caso, completar o mandato do Conselheiro impedido ou ausente.

**Parágrafo Único** - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os membros do Conselho de Administração serão substituídos pelos respectivos suplentes vinculados, se houver, ou, na ausência destes, por outro Conselheiro, indicado para tal fim pelo próprio Conselheiro ausente. Nesta última hipótese, o Conselheiro que estiver substituindo o Conselheiro ausente ou impedido, além de seu próprio voto, expressará o voto do Conselheiro ausente.

**Artigo 21** - As deliberações sobre as matérias abaixo relacionadas competirão ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, políticas empresariais e objetivos básicos, para todas as áreas principais de atuação da Companhia;
- b) aprovar os orçamentos anual e operacional de investimento da Companhia;

- c) aprovar o plano trienal estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições;
- e) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados, ou em via de celebração, pela Companhia;
- f) atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, a remuneração de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- g) definir os critérios gerais de remuneração e política de benefícios (benefícios indiretos, participação no lucro e/ou nas vendas) da Administração e dos funcionários de escalão superior (como tal entendidos os gerentes ou ocupantes de cargos de direção equivalentes) da Companhia;
- h) indicar os auditores independentes da Companhia;
- i) deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;
- j) manifestar-se previamente sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- k) submeter à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- l) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, a Assembleia Geral Extraordinária;
- m) aprovar quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas (exceto aquelas integralmente controladas), administradores e/ou acionistas (incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia), sem prejuízo do disposto na alínea “q” abaixo;
- n) aprovar a criação, subscrição, aquisição, cessão, transferência, oneração e/ou alienação, pela Companhia, a qualquer título ou forma, em qualquer valor, de ações, quotas e/ou quaisquer valores mobiliários de emissão de qualquer sociedade controlada pela Companhia ou a ela coligada, salvo nos casos de operações que envolvam apenas a Companhia e empresas por ela integralmente controladas ou de operação de endividamento, hipótese em que se aplica o previsto na alínea “o” abaixo;
- o) aprovar a contratação pela Companhia de operação de endividamento em valor superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço auditado, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas;
- p) aprovar a celebração, alteração, rescisão, renovação ou cancelamento de quaisquer contratos, acordos ou similares envolvendo as marcas registradas ou depositadas em nome da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia, salvo em casos de (i) contratos celebrados entre a Companhia e sociedades por ela integralmente controladas, ou (ii) licenciamento de marcas para uso em brindes, materiais e acessórios conectados a tais marcas, ou divulgação em eventos, ou, ainda, (iii) contratos em que o licenciamento de marcas seja um elemento acessório para a execução de seu objeto principal (desde que não dependam de aprovação do Conselho de Administração em razão de nenhuma das demais hipóteses previstas neste artigo 21);
- q) aprovar a concessão de empréstimos e a prestação de garantias de qualquer natureza pela Companhia, em valor superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia

constante do último balanço auditado, a quaisquer terceiros, exceto se em favor de sociedades controladas pela Companhia;

- r) aprovar a celebração pela Companhia de quaisquer contratos de longo prazo (entendidos como tal os contratos com prazo de duração superior a um ano) que envolvam valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço auditado, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas, exceto no caso de contratos celebrados entre a Companhia e sociedades por ela integralmente controladas;
- s) deliberar sobre a participação da Companhia em outras sociedades, bem como sobre quaisquer participações em outros empreendimentos, inclusive através de consórcio ou sociedade em conta de participação;
- t) deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia, salvo nos casos de paralisação para manutenção em seus equipamentos;
- u) autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, bem como o cancelamento ou a posterior alienação de tais ações, observadas as disposições legais aplicáveis;
- v) deliberar sobre a emissão de Notas Promissórias Comerciais para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 134;
- w) deliberar, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em número de ações, e as espécies e classes das ações que poderão ser emitidas, nos termos do art. 59, § 2º, da Lei n.º 6.404/76;
- x) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, excetuados aqueles referidos na alínea “n” deste artigo, e a constituição de ônus reais, em valor superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço auditado, valor este que será considerado por transação isolada ou conjunto de transações correlatas;
- y) exercer as demais atribuições legais conferidas em Assembleia Geral ou por este Estatuto; e
- z) resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

§ 1º - As decisões do Conselho de Administração constarão de ata que será assinada pelos presentes.

§ 2º - A manifestação de voto favorável de representante da Companhia com relação a qualquer deliberação sobre as matérias acima relacionadas, em Assembleias Gerais e em outros órgãos societários das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente, dependerá de aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

## **SEÇÃO II**

### **DIRETORIA**

**Artigo 22** - A Diretoria será composta por 2 (dois) a 15 (quinze) membros, acionistas ou não, sendo (i) um Diretor Presidente Executivo, (ii) um Diretor Vice-Presidente Comercial, (iii) um Diretor Vice-Presidente de Vendas, (iv) um Diretor Vice-Presidente de Gente e Gestão, (v) um Diretor Vice-Presidente de Logística, (vi) um Diretor Vice-Presidente de Marketing, (vii) um Diretor Vice-

Presidente Industrial, (viii) um Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, (ix) um Diretor Vice-Presidente Jurídico, (x) um Diretor Vice-Presidente de Bebidas Não Alcoólicas, (xi) um Diretor Vice-Presidente de *Compliance*, (xii) um Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação e (xiii) os demais Diretores sem designação específica, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

§ 1º - Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá ao Conselho de Administração eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão e os respectivos vencimentos.

§ 2º - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, o Estatuto Social e o Conselho de Administração lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

§ 3º - Os Diretores tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, e permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores.

**Artigo 23** - A Diretoria, cuja presidência será exercida pelo Diretor Presidente Executivo, reunir-se-á sempre que necessário, cabendo a convocação e a presidência da Reunião ao Diretor Presidente Executivo.

**Artigo 24** - Compete ao Diretor Presidente Executivo:

- a) submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e orçamento anuais, planos de investimentos e novos programas de expansão da Companhia, promovendo a sua execução nos termos aprovados;
- b) formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais Diretores;
- c) exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia, imprimindo-lhes a orientação mais adequada aos objetos sociais;
- d) coordenar e superintender as atividades da Diretoria; e
- e) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 25** – Compete ao Diretor Vice-Presidente Comercial:

- a) responsabilizar-se pela direção, planejamento estratégico e controle das áreas de vendas e marketing da Companhia; e
- b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 26** - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Vendas:

- a) desenvolver o planejamento estratégico de vendas da Companhia;
- b) responsabilizar-se pela gestão da equipe comercial e desenvolver e implementar um modelo de atuação na área; e
- c) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 27** – Compete ao Diretor Vice-Presidente de Gente e Gestão:

- a) gerir e administrar os recursos humanos da Companhia; e
- b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 28** – Compete ao Diretor Vice-Presidente de Logística:

- a) estabelecer, gerenciar e responsabilizar-se pela estratégia de distribuição e logística de pré-produção e pós-produção da Companhia; e
- b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 29** – Compete ao Diretor Vice-Presidente de Marketing:

- a) ser o responsável pela direção, planejamento e controle da área de marketing da Companhia; e
- b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 30** – Compete ao Diretor Vice-Presidente de Industrial:

- a) administrar as filiais, armazéns, fábricas e demais unidades de negócios da Companhia relacionadas à sua produção industrial; e
- b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 31** – Compete ao Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores:

- a) gerenciar e responder pelo controle orçamentário da Companhia;
- b) prover informações financeiras e gerenciais;
- c) responder pelo controle de fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos da Companhia;
- d) prestar toda e qualquer informação aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão;
- e) manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia; e
- f) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 32** – Compete ao Diretor Vice-Presidente Jurídico:

- a) estabelecer, gerir e coordenar a estratégia jurídica adotada pela Companhia, bem como supervisionar seus processos judiciais e administrativos;
- b) responsabilizar-se pelos atos societários da Companhia; e
- c) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 33** – Compete ao Diretor Vice-Presidente de Bebidas Não Alcoólicas:

- a) coordenar e supervisionar o setor de bebidas não alcoólicas e não carbonatadas, e estabelecer o planejamento do setor; e
- b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 34** – Compete ao Diretor Vice-Presidente de *Compliance*:

- a) implementar, gerir e operacionalizar o programa de *compliance* da Companhia, zelando por seu cumprimento, efetividade e contínuo aprimoramento.
- b) apurar eventuais alegações de violações ao programa de *compliance* da Companhia.
- c) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

**§ 1º** - É assegurado ao Diretor Vice-Presidente de *Compliance*, no exercício de suas atribuições, acesso direto ao Conselho de Administração.

**Artigo 35** – Compete ao Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação:

- a) ser o responsável pela direção, planejamento e controle da área de tecnologia da informação da Companhia; e
- b) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 36** – Compete aos demais Diretores exercer as atribuições que lhes forem definidas em Reunião do Conselho de Administração, que poderá estabelecer denominações específicas para os seus cargos.

**Artigo 37** - Os Documentos que importem em responsabilidade comercial, bancária, financeira ou patrimonial para a Companhia, tais como contratos em geral, endossos em cheques, notas promissórias, letras de câmbio, duplicatas e quaisquer títulos de crédito, confissões de dívidas, concessão de avais e fianças, contratos de abertura de crédito, atos praticados por filiais, procurações *ad negotia* e *ad judicia*, e quaisquer outros atos que criarem responsabilidade para a Companhia, ou dispensarem obrigações de terceiros, bem como para com ela, terão para a sua validade as assinaturas de dois membros da Diretoria.

§ 1º - A representação da Companhia nos documentos acima enumerados poderá ser objeto de delegação, podendo ser assinados por um Procurador em conjunto com um Diretor ou por dois Procuradores conjuntamente, desde que os instrumentos de mandato que constituírem os ditos procuradores sejam assinados por dois Diretores.

§ 2º - A Companhia será representada isoladamente por qualquer dos Diretores ou por Procurador devidamente constituído, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal.

## **CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL**

**Artigo 38** - A Companhia terá um Conselho Fiscal, em caráter permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, todos eleitos em Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua eleição, sendo permitida a reeleição.

§ 1º - Para que o Conselho Fiscal possa funcionar, será necessária a presença da maioria de seus membros.

§ 2º - Caberá ao Conselho Fiscal eleger o seu presidente na primeira sessão realizada após a sua instalação.

§ 3º - O Conselho deverá, adicionalmente às atribuições que este Estatuto e a lei lhe conferem, estabelecer, em seu Regimento Interno, procedimentos para o recebimento, registro e tratamento a ser dado às reclamações recebidas a respeito da contabilidade, controles internos contábeis e assuntos relacionados à auditoria da Companhia, bem como a quaisquer outras comunicações recebidas sobre tais matérias.

§ 4º - Aplica-se aos membros do Conselho Fiscal o disposto no § 2º do artigo 15, deste Estatuto Social.

**Artigo 39** - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

## **CAPÍTULO VI**

### **EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADOS**

**Artigo 40** - O exercício social terá a duração de um ano e terminará no último dia do mês de dezembro de cada ano.

**Artigo 41** - Ao fim de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas em lei.

§ 1º - O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos lucros apurados nesse balanço, respeitado o disposto no art. 204 da Lei nº 6.404/76.

§ 2º - A qualquer tempo, o Conselho de Administração também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

§ 3º - Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

**Artigo 42** - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

§ 1º - Sobre o valor apurado na forma do caput deste artigo serão sucessivamente calculadas:

- a) a participação estatutária dos empregados da Companhia até o limite máximo de 10% (dez por cento), a ser distribuída de acordo com parâmetros a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração; e
- b) a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal.

§ 2º - Sobre o valor apurado na forma do *caput* deste artigo, poderá, ainda, ser calculada, até o limite de 10% (dez por cento), contribuição para atender aos encargos da fundação de assistência aos colaboradores e administradores da Companhia e de suas sociedades controladas, observadas as normas fixadas pelo Conselho de Administração a respeito.

§ 3º - Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções de que tratam os parágrafos anteriores, destinar-se-á:

- a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/76;
- b) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata a letra “a” deste artigo e ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-á 40% (quarenta por cento) para pagamento do dividendo obrigatório a todos os seus acionistas; e
- c) importância não superior a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado para a constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de empresas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos.

§ 4º - A reserva prevista na alínea “c”, do § 3º, deste artigo, não poderá ultrapassar 80% (oitenta por cento) do capital social. Atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social.

## **CAPÍTULO VII LIQUIDAÇÃO, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO**

**Artigo 43** - A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.

§ 1º - O modo de liquidação será determinado em Assembleia Geral que elegerá também o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

§ 2º - O Conselho de Administração nomeará o liquidante, fixará os seus honorários e estabelecerá as diretrizes para o seu funcionamento.

## **CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 44** - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Único** - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de três anos, contando da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

**Artigo 45** - A Companhia observará os acordos de acionistas registrados na forma do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

**Artigo 46** - A Companhia assegurará aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal ou aos membros de quaisquer órgãos sociais com funções técnicas destinadas a aconselhar os administradores, a defesa em processos judiciais e administrativos instaurados por terceiros, durante ou após os respectivos mandatos, por atos praticados no exercício de suas funções, inclusive por meio de contrato de seguro permanente, a fim de resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, com o pagamento das despesas processuais, honorários advocatícios indenizações e quaisquer outros valores decorrentes dos referidos processos.

§ 1º - A garantia prevista no caput deste Artigo estende-se aos empregados que regularmente atuarem em cumprimento de mandato outorgado pela Companhia ou sociedades por esta controladas.

§ 2º - Se alguma das pessoas mencionadas no caput ou no § 1º deste artigo for condenada, por decisão judicial transitada em julgado, em virtude de culpa ou dolo, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas com a assistência jurídica, nos termos da lei.”

\*\*\*

*Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 24 de abril de 2020.*

## **Anexo II**

**“AMBEV S.A.**  
CNPJ/ME nº 07.526.557/0001-00  
NIRE 35.300.368.941

### **PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES** **Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 24 de abril de 2020**

#### **1. Objetivo do Plano de Remuneração em Ações**

1.1. O **Plano de Remuneração em Ações da Ambev S.A.** (“Companhia”), instituído de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis (“Plano de Ações”) tem por objetivo permitir que os administradores ou empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto (incluídas no conceito de Companhia para os fins do Plano de Ações), sujeitos a determinadas condições, recebam pagamentos em ações de emissão da Companhia, com vistas a: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, incentivando, dessa forma, a integração desses executivos e empregados à Companhia; e (ii) possibilitar à Companhia obter e manter, de forma efetiva, os serviços de seus administradores e empregados de alto nível.

#### **2. Participantes elegíveis**

2.1. Poderão ser indicados para participar do Plano de Ações os administradores ou empregados da Companhia (“Participantes”).

#### **3. Administração do Plano de Ações**

3.1. O Plano de Ações será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá, observadas as restrições previstas na legislação aplicável, servir-se de comitê, específico ou não, designado para assessorá-lo na administração do Plano de Ações (“Comitê”).

3.2. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terão amplos poderes, respeitados os termos do Plano de Ações e, no caso do Comitê, as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, para a organização e administração do Plano de Ações e para a remuneração baseada em ações, inclusive por meio de American Depositary Receipts, de emissão da Companhia (“Ações Restritas”).

3.2.1. Não obstante o disposto no caput, nenhuma decisão do Conselho de Administração ou do Comitê poderá, excetuados os ajustamentos permitidos pelo Plano de Ações, e eventuais adaptações que vierem a ser realizadas em decorrência de alterações implementadas na legislação pertinente: (i) aumentar o limite total das ações que podem ser concedidas, conforme o previsto no item 5 abaixo; e/ou (ii) alterar ou prejudicar direitos ou obrigações de Participante, sem seu prévio consentimento, relativos aos pagamentos em ações no âmbito do Plano de Ações.

3.3. O Conselho de Administração ou o Comitê poderão, a qualquer tempo, sempre observado o disposto no item 3.2.1 acima: (i) alterar ou extinguir o Plano de Ações; (ii) antecipar eventuais prazos de carência no âmbito deste Plano de Ações; e (iii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos.

#### **4. Termos e condições para a concessão de Ações Restritas**

4.1. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, criarão, periodicamente, com base na política de remuneração da Companhia, programas de concessão de Ações Restritas (“Programas”), nos quais determinará, dentre outras condições: (i) os Participantes; (ii) a quantidade de Ações Restritas objeto do respectivo Programa; (iii) a forma de transferência das Ações Restritas, que poderá se dar em lotes; (v) o período aquisitivo para a realização da transferência das Ações Restritas; e (vi) eventuais disposições sobre penalidades.

4.2. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, e sempre respeitando o limite global previsto no item 5.1 abaixo e, quando cabível, os limites constantes de aprovações assembleares, poderão agregar novos Participantes aos Programas em curso, determinado o número de Ações Restritas que o Participante terá direito.

4.3. Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, fixarão os termos e as condições para a transferência de Ações Restritas em contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante (“Contrato”), sempre de acordo com este Plano de Ações e com o respectivo Programa.

4.4. A transferência das Ações Restritas para o Participante somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos neste Plano de Ações, nos Programas e nos Contratos, de modo que a concessão do direito ao recebimento das ações em si não garante ao Participante quaisquer direitos sobre as Ações Restritas ou mesmo representa a garantia do seu recebimento.

4.5. As ações entregues aos Participantes terão os direitos estabelecidos neste Plano de Ações e nos respectivos Programas e Contratos, sendo certo que o Participante não terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, em especial, ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às Ações Restritas, até a data de transferência das Ações Restritas para os Participantes.

4.6. Não obstante o disposto na Cláusula 4.5 acima, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderão estabelecer no Programa o pagamento do montante equivalente a tais dividendos e juros em dinheiro ou em ações, na forma a ser estabelecida no respectivo Programa e Contrato.

4.7. Nenhuma ação será entregue ao Participante a não ser que todas as exigências legais, regulamentares e contratuais tenham sido integralmente cumpridas.

4.8. Nenhuma disposição do Plano de Ações, de qualquer Programa ou do Contrato conferirá a qualquer Participante direito de permanência como administrador ou empregado da Companhia e não interferirá, de qualquer modo, com os direitos da Companhia de interromper, a qualquer tempo, o mandato do administrador ou o contrato de trabalho do empregado.

4.9. As Ações Restritas entregues aos Participantes não têm qualquer relação nem estão vinculadas à sua remuneração fixa ou eventual participação nos lucros.

#### **5. Volume Global do Plano de Ações**

5.1. Poderão ser entregues aos Participantes, no âmbito deste Plano de Ações, ações representativas de, no máximo, 3% das ações representativas do capital social da Companhia em 24 de abril de 2020 (“Volume Global”). O Volume Global somente poderá ser ajustado sem alteração deste Plano

de Ações nos termos do item 8.1.

5.2. Para os fins do Plano de Ações, a Companhia utilizará ações existentes em tesouraria, observadas as regras da CVM.

## **6. Transferência das ações objeto do Plano de Ações**

6.1. Sujeito à continuidade do vínculo empregatício e/ou estatutário, conforme o caso, do Participante com a Companhia até o término do período de carência aplicável e observadas as regras contidas em cada Contrato, as Ações Restritas serão transferidas pela Companhia ao Participante de acordo com os lotes e nos períodos fixados no respectivo Programa e/ou Contrato.

6.1.1. Caberá à administração da Companhia, tomar todas as providências necessárias para formalizar a transferência das Ações Restritas objeto do Contrato.

6.1.2. A entrega de Ações Restritas será realizada a título gratuito aos Participantes. O preço de referência por Ação Restrita, para os fins deste Plano de Ações, corresponderá à cotação das ações da Companhia na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no pregão imediatamente anterior à data de concessão das Ações Restritas.

6.2. Os Participantes estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas em geral e àquelas estabelecidas pela Companhia.

## **7. Desligamento, Aposentadoria, Invalidez e Falecimento do Participante**

7.1. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, estabelecerão, em cada Programa, as regras aplicáveis aos casos de desligamento de Participantes da Companhia, em virtude do término do contrato de trabalho, término de mandato, destituição ou renúncia a cargo executivo, bem como aos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento de Participantes.

## **8. Ajustamentos**

8.1. Se o número de ações existentes da Companhia for aumentado ou diminuído como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustamentos apropriados no número de ações objeto dos Programas e Contratos que ainda não tenham sido transferidas aos Participantes.

8.1.1. Os ajustamentos segundo as condições do item 8.1 acima serão feitos pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, e tal decisão será definitiva e obrigatória. Nenhuma fração de ações será vendida ou emitida em razão de qualquer desses ajustamentos.

8.2. Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, os Contratos dos Programas em vigência, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, poderão: (i) ser transferidos para a companhia sucessora; (ii) ter seus prazos de carência antecipados; ou (iii) ser mantidos e liquidados em dinheiro.

## **9. Vigência do Plano de Ações**

9.1. O Plano de Ações entrará em vigor com a sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia.

9.2. O término do Plano de Ações não afetará a eficácia das concessões de Ações Restritas ainda em vigor e que serão entregues aos Participantes nos respectivos prazos, nos termos dos Programas em vigor.

9.3. O Plano de Ações não altera as disposições do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de julho de 2013, que permanece integralmente em vigor.

## **10. Disposições gerais**

10.1. Adesão. A assinatura do Contrato implicará a expressa, irrevogável e irretroatável aceitação de todos os termos do Plano de Ações e os Programas pelo Participante, os quais se obriga plena e integralmente a cumprir.

10.2. Execução Específica. As obrigações contidas no Plano de Ações, nos Programas e nos Contratos são assumidas em caráter irrevogável, valendo como título executivo extrajudicial nos termos da legislação processual civil, obrigando as partes contratuais e seus sucessores a qualquer título e a todo tempo. Estabelecem as partes que tais obrigações têm execução específica, na forma do artigo 501 do Código de Processo Civil.

10.3. Cessão. Os direitos e obrigações decorrentes do Plano de Ações, dos Programas e dos Contratos são pessoais e intransferíveis e não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra parte, salvo se expressamente previsto neste Plano de Ações.

10.4. Novação. Fica expressamente convencionado que não constituirá novação a abstenção de qualquer das partes do exercício de qualquer direito, poder, recurso ou faculdade assegurado por lei, pelo Plano de Ações, pelos Programas ou Contratos, nem a eventual tolerância de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações por qualquer das partes, que não impedirão que a outra parte, a seu exclusivo critério, venha a exercer a qualquer momento esses direitos, poderes, recursos ou faculdades, os quais são cumulativos e não excludentes em relação aos previstos em lei.

10.5. Foro. Fica eleito o foro da comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias que possam surgir com relação ao Plano de Ações, aos Programas e/ou aos Contratos.

10.6. Casos Omissos. Os casos omissos, dúvidas ou divergência que possam surgir por parte da Companhia e/ou dos Participantes com relação ao Plano de Ações, Programas e/ou Contratos serão regulados pelo Conselho de Administração. Qualquer pagamento em ação estabelecido por meio do Plano de Ações fica sujeito a todos os termos e condições aqui estabelecidos, que prevalecerão em caso de inconsistência a respeito de disposições de qualquer contrato ou documento mencionado neste documento.”

\*\*\*